

"A situação financeira precisa melhorar primeiro, para que as coisas melhorem para o povo"

Raimundo Valentim/Ae 21.5.97

Os brasileiros ainda vão demorar a sentir os efeitos positivos do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional. A opinião é do economista Edmar Bacha, diretor do banco BBA em Nova York e um dos idealizadores do Plano Real. Em entrevista à Agência Estado, ele critica economistas estrangeiros que têm apostado no fracasso do socorro financeiro de US\$ 41,5 bilhões se o Brasil não desvalorizar sua moeda. "Esses caras não têm olhado os números", observa. Acordo assinado, ele prevê taxas de juros de 25% em dezembro de 1999 e considera que os US\$ 18 bilhões que virão do FMI e estarão disponíveis ao país num primeiro momento são suficientes para cobrir os pagamentos no exterior, reforçar as reservas e evitar um ataque especulativo ao real. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O acordo com o FMI foi assinado. E agora?

Edmar Bacha - Certamente as coisas vão melhorar.

A situação econômica da população também melhora?

Bacha - Não. Primeiro tem de melhorar a situação financeira. Infelizmente a população é a primeira a entrar e a última a sair (da crise).

As condições do acordo de taxas de juros e garantias estão adequadas quando comparadas com acordos passados feitos com o Fundo?

Bacha - São as condições definidas pelo Congresso americano recentemente, quando os EUA aprovaram a

verba de US\$ 18 bilhões para o Fundo. As taxas para empréstimos especiais não devem ter componente de subsídio em relação aos juros do mercado. Acho perfeitamente razoável.

O senhor sempre foi crítico dos acordos que o Brasil fez com o FMI, na década de 80. Em que este agora se diferencia daqueles do passado?

Bacha - Agora tem mais dinheiro. Nos anos 80, o País tinha de fazer um ajuste maior para aumentar a disponibilidade de dinheiro. Este agora é para aceitar uma realidade de inexistência de dinheiro.

Os US\$ 18 bilhões do FMI são suficientes para reforçar reservas, efetuar pagamentos e afastar o risco de um novo ataque especulativo nos próximos meses?

Bacha - Já não há muito dinheiro estrangeiro para sair. O que tinha de sair já foi. A pressão agora é só dos vencimentos de créditos e renovação deles.

O sr. teria uma estimativa de gastos com compromissos financeiros no exterior nos próximos meses?

Bacha - A dificuldade de fazer essa estimativa decorre da incerteza quanto à renovação das linhas de crédito comercial. O valor que será renovado é suposto. O grosso dos compromissos financeiros é crédito comercial. O resto - bonds e resolução 63 - não faz marola. Desde que, publicado o acordo com o Fundo, os bancos se comprometam a renovar as linhas de crédito



Bacha: se juros chegarem a 20% em junho, crescimento será retomado

comercial tanto para exportação como para importação, os US\$ 18 bilhões são mais do que suficientes para cobrir a não renovação dos bonds e a 63. Entre 63, pagamentos ao Clube de Paris, bradies e eurobonds, os compromissos somam US\$ 6,3 bilhões nos próximos três meses. Não é isso que vai fazer diferença.

O governo previu uma queda de 1% do PIB em 99. Há quem estime esse índice em até 4%, 5%. Espera-se, portanto,

recessão e problemas sociais. Como o senhor está vendo o ano que vem?

Bacha - Se for possível baixar os juros para 20% em junho, teremos um cenário de recessão no primeiro semestre. Mas, a partir do segundo semestre, podemos contemplar uma fase de economia estável e retomar o crescimento no último trimestre.

O senhor considera factível a meta de 4,7% de déficit nominal?

Bacha - Acho que sim, porque este é um ano pós-eleitoral e os políticos entendem que, ao longo do ciclo eleitoral, dois anos de vacas magras não importam, desde que os dois anos finais sejam de vacas gordas.

O governo projetou uma taxa média de juros de 21,25% ao longo de 1999. Mas há dois dias o BC reduziu a Tban de 49% para 42,25%. O senhor não acha essa uma decisão muito conservadora?

Bacha - Há aí duas coisas. Primeiro, a mudança da Tban é irrelevante. O que importa é o que o BC faz no dia-a-dia. E o que ocorreu foi trazer de 42,75%, quarta-feira, para 39,5% na quinta e para 39% na sexta, apontando uma trajetória de redução de 0,5% a cada dia. Nesse ritmo chegaremos a 35% no fim do mês e 25% no fim de dezembro. É uma maneira muito inteligente de abrir espaço para o governo colocar papéis prefixados no mercado.

Segundo o governo, o regime cambial não mudou no acordo com o FMI, embora técnicos do Fundo defendessem a desvalorização cambial. Economistas estrangeiros, como Jeffrey Sachs, disseram que o programa do Fundo não teria êxito se o Brasil não desvalorizasse sua moeda.

Qual a sua avaliação?

Bacha - Que o Brasil está desvalorizando o câmbio. Esses caras não têm olhado os números. A taxa cambial já

recuperou praticamente tudo o que perdeu desde o início do Real, quando se leva em conta o comportamento dos salários em dólar, comparados com a produtividade do trabalho. Em face do começo do plano, o salário em dólar cresceu uns 60% enquanto a produtividade ficou lá atrás. Esse processo está sendo progressivamente revertido.

Por esse critério a perda foi inteiramente recuperada?

Bacha - Nos meus cálculos, a perda que tivemos desde o início do Plano é de 5%. Se a opção é voltar à paridade cambial que existia no início da década, quando o Brasil produzia aqueles megassuperávits comerciais, ainda falta uns 15%, porque, na entrada, o plano ficou com uma taxa média 10% menor do que no início da década. Enfim, a discussão hoje não é mais recuperar a paridade do início do plano, mas se vale a pena voltar à paridade que existia no início da década.

E qual sua opinião a respeito?

Bacha - Acho que esse ritmo de 7,5% de desvalorização anual está adequado. A única dúvida é: se esse plano der tão certo, tão certo, as coisas se recuperem tão maravilhosamente, haja um fluxo de recursos enorme para o País capaz de baixar os juros para 10% ao ano. Aí fica difícil baixar mais os juros porque a moeda vai continuar se desvalorizando a 7,5%, entendeu? Mas isso é uma visão do mundo cor-de-rosa. Por enquanto, não contemplamos juros tão baixos assim, a não ser no ano 2002.